JORNAL DA ADUFRJ

Nº 1.401 . 16.11.2026 . www.adufrj.org.br . TV ADU

CAIXA DA CONSCIÊNCIA

Dois episódios já inscreveram, de forma definitiva, o mês da Consciência Negra na história da UFRJ. No dia 5, a escritora Conceição Evaristo recebeu o título de Doutora Honoris Causa da universidade. Criadora do conceito de "escrevivência", a autora traduz, em sua obra, a escrita que nasce da experiência, atravessa a memória e dá voz às vivências de corpos historicamente silenciados.

No dia 12, a UFRJ assumiu a guarda dos remanescentes ósseos de uma mulher negra escravizada levados do Rio de Janeiro sem autorização, ainda no século XIX. Em uma cerimônia marcada pelo respeito à ancestralidade, a caixa que abriga os ossos foi entregue aos cuidados dos pesquisadores do Museu Nacional. Um gesto de restituição simbólica, que devolve à memória coletiva uma história que o tempo e o silêncio não conseguiram apagar.

Páginas 6 a 8

NOTAS



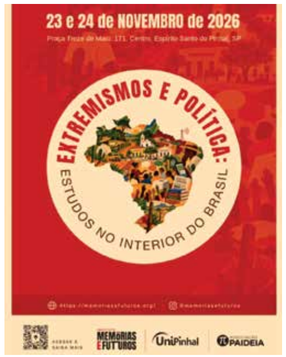
‘LULINHA’ VIRTUAL PARA POSSE DO PRESIDENTE LULA

■ Queremos festejar a posse do presidente Lula, no dia 5 de janeiro de 2027. O sindicato vai colaborar para a ida do corpo social da UFRJ para Brasília. Estamos organizando uma vaquinha virtual - a nossa lulinha - e temos como meta arrecadar R$ 55 mil. Participe, colabore e viva a democracia!

Dados para contribuição
Pix: 30.315.055/0001-51
Banco do Brasil
Agência: 0576-2
Conta corrente: 303.111-X

EXTREMISMOS E POLÍTICA

■ Como compreender o avanço dos extremismos políticos no Brasil e no mundo? Quais são suas relações com o nacionalismo, a religião, o negacionismo e as disputas em torno da ciência e da democracia? Essas questões estarão no centro do encontro “Extremismos e Política: Estudos no Interior do Brasil”, que acontece nos dias 23 e 24 de novembro, em Espírito Santo do Pinhal (SP), reunindo pesquisadores e especialistas de diferentes áreas do conhecimento.
A programação conta com nomes como Michel Gherman, Ronaldo de Almeida, Jorge Chaloub, Mayra Goulart, Cristina Buarque de Hollanda, Ligia Bahia, Ivanir dos Santos, José Sepulveda, Arieh Saposnik e Jawdat Abu-El-Haj, entre outros convidados. Os debates abordarão temas fundamentais para compreender a conjuntura contemporânea: a transnacionalidade da extrema direita, a violência política, a memória e o negacionismo, as relações entre religião e política, os ataques à ciência, à educação e à saúde e o avanço dessas ideias no interior e nas pequenas cidades. A atividade propõe ampliar o debate público e acadêmico sobre os desafios colocados às sociedades democráticas.



23 e 24 de novembro 11h às 19h30
Praça 13 de Maio, 171, Centro - Espírito Santo do Pinhal – SP
O evento é uma iniciativa do Instituto Memórias e Futuros, em parceria com a UniPinhal e a Associação Paideia. A programação completa e o link de inscrição estão disponíveis no site do instituto.

REITORES DO RIO DISCUTEM ECONOMIA E POLÍTICA FLUMINENSES

■ As professoras da UFRJ Mayra Goulart (IFCS), Marta Castilho (Economia) e Valéria Pero (Economia) são convidadas do III Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro. Elas debaterão o Rio de Janeiro e suas Regiões: dinâmicas socioeconômicas e políticas. A mesa com as professoras ocorre no dia 24, a partir das 18h. A mediação é da professora Viviana Freitas, da Rural.
O seminário é organizado pelo Friperj , o Fórum de Reitores de Instituições Públicas do Estado do Rio de Janeiro, e acontecerá de 23 a 25 de novembro, na Uerj. A abertura do seminário, no dia 23, contará com a presença do reitor Roberto Medronho.
Nas redes e no site do Friperj você encontra a programação completa do evento.
Participe!



LIVRO INVESTIGA CAUSAS DA EVASÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA



■ Entre 2017 e 2023, 101.632 pessoas não concluíram seus cursos de mestrado e doutorado em instituições públicas brasileiras. Mas o que leva alguém a abandonar a pós-graduação? A falta de bolsas e de recursos financeiros, frequentemente apontada como principal explicação, é apenas parte de um problema muito mais complexo.
É o que aponta o livro Fábrica de Desperdícios, do professor Igor Valentim, do Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (ex-NCE). Resultado de uma pesquisa financiada pela Faperj, a obra será lançada neste dia 17, pela editora ComPassos Coletivos. O arquivo em PDF ficará disponível de forma gratuita e, no mesmo dia, às 19h, haverá live de divulgação no canal Experiências e Epifanias, no YouTube.
Para compreender as razões da evasão, o pesquisador ouviu 47 pessoas que efetivamente abandonaram cursos de mestrado ou doutorado em 27 universidades públicas, distribuídas por 16 estados e pelo Distrito Federal. Realizada a partir da escuta dos próprios ex-estudantes, a investigação traz relatos sobre experiências de assédio, dificuldades nas relações de orientação, falta de autonomia na definição dos projetos de pesquisa e problemas na organização dos cursos.
O professor ressalta que o estudo não pretende estabelecer uma verdade absoluta ou generalizar os resultados para toda a pós-graduação brasileira. A proposta é dar visibilidade às experiências de pessoas que frequentemente ficam de fora das discussões sobre o funcionamento dos programas. “Essa pesquisa oferece um espelho para a universidade se olhar e ver o que está fazendo. Não tem como melhorar a universidade pública sem fazer autocrítica”, afirma Igor.
O livro também apresenta dez propostas concretas para enfrentar a evasão, muitas delas sem necessidade de novos investimentos financeiros. Entre as sugestões estão melhorar a preparação e a informação dos estudantes que ingressam na pós-graduação, ampliar a autonomia na escolha dos temas de pesquisa, fortalecer o acompanhamento das trajetórias acadêmicas, facilitar eventuais trocas de orientadores, estimular a circulação entre disciplinas de diferentes programas e combater práticas de coautoria automática.
“Se ninguém fizer nada do que está nessas propostas, o mundo não vai acabar. A pós-graduação brasileira vai continuar titulando 25 mil doutores por ano como faz hoje. Vai continuar titulando 70 mil mestres como faz hoje. A questão é: a gente vai continuar desperdiçando talentos? É isso que a gente quer?”, questiona Igor.

JORNAL DA ADUFRJ: Editora-Chefe: **ANA BEATRIZ MAGNO** Editor de Arte: **ANDRÉ HIPPERTT** Chefia de Reportagem: **KELVIN MELO**
Edição e Reportagem: **KELVIN MELO e SILVANA SÁ** Fotografia: **FERNANDO SOUZA, ALESSANDRO COSTA e JOÃO LAET** TI **MARCELO BRASIL**

ADUFRJ DEBATE DESAFIOS DA INCLUSÃO EM MACAÉ

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

FOTOS: ALESSANDRO COSTA





Como garantir a inclusão de estudantes com deficiência quando faltam recursos e orientação institucional? Como desenvolver pesquisas sem financiamento adequado? E como enfrentar a sobrecarga de trabalho em meio à precariedade da infraestrutura? Essas foram algumas das questões que marcaram os encontros da presidenta da ADUFRJ, professora Ligia Bahia, com professores do Centro Multidisciplinar e do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (Nupem), em Macaé, no dia 11.

A visita integrou uma série de encontros da diretoria do sindicato com diferentes unidades da UFRJ. A proposta é conhecer de perto as condições de trabalho dos docentes, ouvir as demandas e reunir informações que possam contribuir para a construção das pautas sindicais.

No Centro Multidisciplinar, um dos principais assuntos foi a dificuldade de garantir o atendimento adequado aos estudantes com deficiência. “A demanda vem crescendo sem um preparo institucional para o atendimento do aluno, que acaba ficando a cargo do docente”, informou o professor Genesis Barbosa, do Instituto de Enfermagem e integrante do Conselho de Representantes da ADUFRJ.

O professor lembrou o caso de um estudante com deficiência auditiva que ingressou na unidade sem que houvesse intérpretes de Libras disponíveis. Nenhum professor dominava a língua brasileira de sinais e o aluno não fazia leitura labial. A solução veio da prefeitura de Macaé, que encaminhou um profissional para acompanhá-lo.

As barreiras também estão na estrutura física. Os prédios contem com rampas de traçado inadequado para garantir autonomia aos estudantes com mobilidade reduzida. Uma aluna cadeirante, por exemplo, precisa da ajuda de outra pessoa para descer. “Nosso prédio é um falso adaptado. E não há salas de aula no térreo”, afirmou Genesis.

TERRENO CEDIDO LIMITA MELHORIAS

Os desafios de infraestrutura vão além das adaptações de acessibilidade. O Centro Multidisciplinar funciona em um terreno cedido pela prefeitura de Macaé, compartilhado com outras instituições: UFF, Cederj e uma faculdade municipal. A situação limita as possibilidades de investimento e de realização de obras permanentes pela universidade. “A universidade não pode fazer nada permanente no terreno que não é dela”, contou Genesis.

A sobrecarga de trabalho também preocupa os docentes. Durante a conversa, foram relatadas situações em que professoras retornam da licença-maternidade sem que tenha havido contratação de substitutos para assumir suas disciplinas. “Há muito adoecimento entre os docentes”, alertou a professora Luciana Oberg, também do Instituto de Enfermagem.

Outro entrave está na organização administrativa. Embora reúna seis institutos, o Centro Multidisciplinar ainda aparece nos sistemas da UFRJ como uma única unidade vinculada à decania. O modelo cria dificuldades na discussão sobre a reposição do quadro docente e na distribuição de vagas pela Cotav (Comissão Temporária de Alocação de Vagas), já que as necessidades específicas de cada instituto nem sempre são consideradas separadamente.

PESQUISAS SEM RECURSOS

No Nupem, a falta de financiamento à pesquisa apareceu como uma das principais preocupações. O professor Rodrigo Nunes da Fonseca, integrante do Conselho de Representantes da ADUFRJ, chamou atenção para a escassez de editais e de recursos capazes de atender às demandas dos pesquisadores. Sem condições materiais para desenvolver projetos, muitos docentes acabam restringindo sua atuação às atividades de ensino. “Isso é um problema que eu acho que é sistêmico, não é do Nupem. Se a gente não cuidar, as pessoas acabam ficando frustradas”.

Os professores também discutiram as dificuldades de atendimento a estudantes neurodivergentes e a ausência de orientação especializada para adaptar atividades e avaliações. O professor Ricardo Santa Rita ressaltou que os docentes acabam assumindo tarefas que extrapolam sua formação e suas atribuições. “A precarização acaba caindo sobre a gente nesse momento. Isso é estrutural e ninguém quer discutir isso”, avaliou. “Eu tenho mestrado, doutorado em área específica. Fiz um concurso para uma área específica, mas, dentro da precarização, nos é pedido que a gente resolva problemas administrativos que não são da nossa formação”, afirmou.

Ao final dos encontros, Ligia Bahia agradeceu a acolhida e a disponibilidade dos professores para compartilhar experiências e apresentar os desafios enfrentados nas unidades. “Foram duas reuniões ótimas. Estamos visitando as unidades desde abril. A gente acumula um conhecimento institucional importante para a ADUFRJ aprimorar suas agendas. Não só para esta gestão”, avaliou.

NOVO PLANO DE SAÚDE

Durante a reunião no Centro Multidisciplinar, Ligia Bahia apresentou mais informações sobre a FioSaúde, nova opção de plano de saúde oferecida pela ADUFRJ. A presidenta ressaltou que a proposta não é convencer todos os associados a trocar de plano, mas ampliar as possibilidades de escolha. “A gente não acha que todo mundo tem que mudar de plano. A gente abriu uma alternativa e temos mais poder de diálogo com esta alternativa. Nós da ADUFRJ vamos participar do conselho do plano”, explicou. Os interessados podem aderir, sem carência, até 2 de dezembro.

SUGESTÃO DE NOVOS CONVÊNIOS

Durante a visita ao Nupem, a professora Analy Leite sugeriu que a ADUFRJ busque ampliar sua rede de convênios, especialmente com escolas de educação básica. Ela relatou dificuldades para encontrar estabelecimentos de ensino com preços acessíveis em Macaé. A proposta foi recebida pela presidenta, que se comprometeu a avaliar a possibilidade de novas parcerias.

PRÓXIMAS VISITAS:

• **23 de novembro de 2026:**
Escola de Serviço Social.

• **14 de dezembro de 2026:**
Instituto de Psicologia.

ARTIGO

DANIEL NEGREIROS CONCEIÇÃO
DIRETOR DA ADUFRJ
E PROFESSOR DO
IPPUR/UFRJ



AJUSTE FISCAL DESNECESSÁRIO E A LIÇÃO AINDA INCOMPREENDIDA

Há erros que resultam de diagnósticos econômicos ruins. Outros vêm de avaliações políticas errôneas. Os mais destrutivos combinam as duas coisas. Depois de vencer uma reeleição apertadíssima, Dilma apostou em uma política economicamente contracionista como estratégia de sobrevivência política. O resultado foi a deterioração das condições sociais e econômicas necessárias para resistir ao golpe parlamentar de 2016.

Escolher o austero Joaquim Levy para a gestão econômica não foi apenas resposta técnica a supostos desequilíbrios nas contas públicas. Foi escolha política. Sob grande hostilidade do grande empresariado, sistema financeiro, mídia corporativa e setores parlamentares, o governo buscou reduzir a hostilidade de seus adversários economicamente poderosos adotando a agenda que eles alegavam ser condição indispensável à recuperação da confiança e da estabilidade macroeconômica. A estratégia, entretanto, continha uma contradição fatal. A contração fiscal, combinada com outros fatores recessivos, contribuiu para deteriorar emprego, renda e atividade econômica. Assim, a tentativa de apaziguar seus adversários poderosos acabou desfazendo justamente a sustentação social que protegia o governo dos ataques desses mesmos adversários.

É difícil examinar o texto-base do PLP nº 299/2026, aprovado na noite de 12 de novembro, sem recordar o "austericídio" (uma espécie de suicídio político via adoção desnecessária da austeridade) cometido pelo governo Dilma 2.

O projeto busca ampliar a capacidade do Executivo de restringir despesas para perseguir o centro da meta de resultado primário, mesmo quando as projeções fiscais já se encontram dentro da margem de tolerância. A medida ainda pode ser acompanhada pela redução do limite máximo de crescimento real das despesas primárias de 2,5% para 2,0%. Estimativas oficiais apontam uma "melhoria" de até R$ 56,1 bilhões no resultado primário de 2027, combinando contenção de despesas, restrições às compensações tributárias e redução de benefícios fiscais. Cabe distinguir a eliminação de privilégios tributários distributivamente indesejáveis das restrições a despesas públicas socialmente necessárias. Mas mesmo quando uma revisão tributária é desejável por seus efeitos distributivos, isso não justifica subordiná-la à obtenção de superávits primários cuja necessidade econômica é demonstravelmente inexistente.

A maior oportunidade de um governo progressista preservar sua força política não é conquistar o apoio pouco confiável do rentismo organizado, mas utilizar suas capacidades institucionais para realizar os anseios economicamente viáveis da maioria da população!

Especialmente preocupante é a alteração das regras de contabilização de receitas relacionadas ao petróleo para obrigações de despesas indexadas à receita corrente líquida. A Constituição estabelece pisos mínimos para saúde e educação precisamente para conferir proteção institucional ao financiamento desses direitos. Embora suas bases constitucionais sejam distintas, a possibilidade de reduzir a eficácia dessas vinculações constitucionais por alterações infraconstitucionais em critérios de contabilização suscita uma questão fundamental: pode uma lei complementar esvaziar, por meio de redefinições contábeis, uma garantia material estabelecida pela Constituição?

O problema mais profundo da proposta de ajuste fiscal está na sua própria concepção de responsabilidade fiscal.

GOVERNOS MONETARIAMENTE SOBERANOS NÃO SÃO COMO DONAS DE CASA OU EMPRESAS!

Famílias e empresas precisam obter moeda com a qual realizam seus pagamentos. Portanto, correm o risco de falência e precisam cuidar para que suas dívidas não se tornem financeiramente insustentáveis. Já governos centrais monetariamente soberanos como o brasileiro realizam todos os seus pagamentos, inclusive suas obrigações financeiras, criando moeda, de modo que o risco de falência (ou o risco de explosão inflacionária vindo da ameaça de falência estatal) deixa de existir.

Assim, o Estado brasileiro não precisa restringir suas despesas primárias simplesmente porque a dívida pública em reais está crescendo. Para que sua política fiscal seja economicamente responsável, basta avaliar se as despesas públicas pressionam preços de recursos escassos e provocam efeitos inflacionários indesejáveis, ou geram outras consequências incompatíveis com seus objetivos econômicos e sociais.

POR QUE, ENTÃO, ENDURECER REGRAS FISCAIS SEM DEMONSTRAR QUE A CONTENÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS É NECESSÁRIA PARA A SAÚDE DA ECONOMIA BRASILEIRA?

Uma primeira explicação é a força retórica da analogia errônea entre o governo e uma família. Preguiçosamente apoiados nela, defensores da visão fiscal convencional apresentam a austeridade como alternativa inevitável à insolvência estatal ou à explosão inflacionária, sem demonstrar, para além do apelo à analogia, os mecanismos pelos quais esses resultados decorreriam da trajetória deficitária do orçamento público.

MAS EXISTE OUTRA EXPLICAÇÃO POSSÍVEL, DE NATUREZA POLÍTICA

Talvez governos progressistas reconheçam, ao menos parcialmente, sua soberania monetária, mas acreditem que não podem enfrentar as pressões do rentismo organizado. A ameaça é conhecida: se o governo não atender às exigências dos mercados, a bolsa cai, os juros disparam e o câmbio se deprecia. No primeiro pregão após a vitória de Lula no segundo turno, o dólar subiu 8,21%, a bolsa caiu 13,88% e os juros futuros de longo prazo aumentaram mais de 2%. Esses movimentos não precisam significar que houve uma conspiração coordenada. Mas evidenciam a capacidade dos mercados financeiros de produzir oscilações significativas em preços importantes, precisamente no momento em que se discute o funcionamento do novo governo.

O que nos falta é debater a capacidade do próprio Estado de enfrentar essas pressões do rentismo organizado. A soberania monetária permite financiar políticas públicas como Tarifa Zero, construção de habitações populares, investimentos industrializantes, ampliação de serviços de saúde, educação e segurança, sem essa preocupação incapacitante com o equilíbrio orçamentário. Permite à autoridade monetária administrar diretamente e com força absoluta a taxa básica de juros, influenciar os preços de títulos públicos e amenizar (ou até neutralizar)os piores efeitos produzidos pelos movimentos do "mercado" sobre preços financeiros importantes. No câmbio, a soberania monetária permitiria neutralizar pressões especulativas sobre o dólar através da oferta de aplicações sempre mais atraentes que a compra de dólares como estratégia de maximização de ganhos financeiros. Políticas assim neutralizariam substancialmente a força sabotadora do rentismo e fortaleceriam a sustentação popular do governo ao mesmo tempo.

Compreender a lição política de Dilma 2 será fundamental para a sobrevivência de Lula 4. A maior oportunidade de um governo progressista preservar sua força política não é conquistar o apoio pouco confiável do rentismo organizado, mas utilizar suas capacidades institucionais para realizar os anseios economicamente viáveis da maioria da população! ▲

JOÃO LAET



50 ANOS DEDICADOS À HISTÓRIA

Em cerimônia marcada pela emoção, João Fragoso recebe o título de professor emérito e reafirma compromisso com a docência e com a sociedade brasileira

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Há trajetórias acadêmicas que ultrapassam os limites de uma sala de aula. A do historiador João Luís Fragoso é uma delas. Um dos principais nomes da historiografia brasileira dedicada ao período colonial, o professor construiu, ao longo de décadas de pesquisa e docência na UFRJ, uma obra que ajudou a renovar a compreensão sobre a escravidão, a economia colonial, as relações de poder e a formação das elites no Brasil. Na quarta-feira, 11 de novembro, a UFRJ celebrou essa trajetória com a cerimônia de concessão do título de Professor Emérito – uma homenagem que reconhece não apenas a excelência de sua produção intelectual, mas também o legado de quem dedicou a vida a pesquisar, ensinar e formar novos historiadores.

"Ele não só reafirmou o caráter profundamente desigual da sociedade, como expôs os mecanismos que garantiam a perpetuação dessa desigualdade", defendeu o professor Antônio Jucá, o orador responsável por tentar sintetizar a produção acadêmica de João Fragoso. O docente destacou o trabalho disruptivo do colega e apontou a dificuldade de a academia aceitar o novo olhar proposto sobre a história colonial brasileira. "Ele ofereceu um retrato muito mais complexo, formado por um mosaico de profissões agrícolas mais diversas, mas ao mesmo tempo vinculadas entre si, encimadas por uma elite político-econômica constituída por grandes negociantes e rentistas", explicou. "Essa nova perspectiva, no entanto, não foi aceita sem dificuldades. Mexia não só com antigas crenças, mas abalava a posição de poder na academia. A solução para lidar com os questionamentos era e é sempre a mesma: pesquisar, ir às fontes, levantar os dados", elogiou.

Nosso ofício tem um compromisso com aprender com o processo histórico. Nosso compromisso é com a sociedade e isso passa pelo fazer científico.

Obrigado à UFRJ por me conceder este título. Eu estou extremamente orgulhoso. Habitei esta casa por 50 anos. Aqui entrei em 1976"

O docente afirmou, ainda, que uma das maiores qualidades de Fragoso é sua capacidade de "articular esforços em grupos de pesquisa, formar e influenciar a agenda de diversos historiadores". "Não é exagero dizer que a História Colonial é outra depois dos trabalhos de João".

Decano do CFCH, o professor Vantuil Pereira compôs a mesa da cerimônia e afirmou que o reconhecimento dado ao docente naquele momento ainda era pouco diante da sua importância para o país. "É impossível não falar da produção do professor João Fragoso quando o tema é a historiografia brasileira. A leitura dele produz uma ruptura historiográfica fundamental, sobretudo no que diz respeito ao lugar que os grupos sociais ocupam na sociedade colonial", disse.

A vice-reitora Cássia Turci presidia a cerimônia no lugar do reitor Roberto Medronho, que está em viagem institucional à China. "É uma cerimônia de muito significado para todos nós. É muito importante nos conhecermos enquanto país. A gente sabe que o Brasil ainda é um país racista e temos muito a agradecer por todas as contribuições do professor João".

Visivelmente emocionado, o homenageado falou sobre o papel social da docência. "Nosso ofício tem um compromisso com aprender com o processo histórico. Nosso compromisso é com a sociedade e isso passa pelo fazer científico", afirmou. "Obrigado à UFRJ por me conceder este título. Eu estou extremamente orgulhoso. Habitei esta casa por 50 anos. Aqui entrei em 1976", disse.

Fragoso homenageou a professora Maria Yedda Leite Linhares (1921–2011), que foi sua mentora e parceira de muitos trabalhos. "Dona Maria Yedda é personagem central dentro da minha historiografia. Não representa só a professora que me ensinou o ofício. Ela me ensinou a importância dele para a sociedade brasileira. Ela me fez pensar de que maneira minha pesquisa pode ajudar a sociedade", revelou. "Isso me acompanha até hoje. Até hoje interpelo os alunos sobre a importância social de suas pesquisas para ajudar a compreender a nossa sociedade", contou. "Ela me ensinou a importância desse ofício para a construção de uma sociedade democrática".

Ao Jornal da ADUFRJ, o docente afirmou estar sem palavras para agradecer a homenagem. "Tenho 68 anos. Desses, 50 foram nessa casa. Retornar hoje, depois da aposentadoria, na condição de emérito, é uma emoção imensa, que não consigo traduzir em palavras", disse. "Eu estou muito feliz. Atualmente coordeno o INCT, único da área de História no Brasil. A emerência aumenta minha possibilidade de contribuir com o ofício de História e, consequentemente, com o nosso país".

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

O mês da Consciência Negra trouxe para a UFRJ a grande responsabilidade de ser a guardiã provisória dos remanescentes ósseos de uma mulher negra, possivelmente escravizada, que foram levados do Rio de Janeiro sem autorização, no século XIX. O crânio estava em posse do Museu Peabody, de Harvard, e foi devolvido formalmente ao Brasil no dia 12 de novembro. Esta foi a primeira repatriação de restos mortais de pessoas escravizadas da nossa história. A segunda repatriação aconteceu no mesmo dia, na Bahia, com a devolução do crânio de um homem que teria atuado na Revolta dos Malês.

Os ossos ficarão aos cuidados do Museu Nacional, que fará uma pesquisa científica para tentar identificar a origem da mulher – além de confirmar seu gênero – para que depois seja dado o destino mais respeitoso possível, de acordo com o que se descobrir sobre sua história. Toda a cerimônia de devolução dos remanescentes, aliás, foi marcada pelo respeito. Imediatamente antes da entrega da maleta contendo o crânio, o professor Ivanir dos Santos, do Instituto de História, que é babalaô (sacerdote de tradição iorubá), molhou o solo com água para o acolhimento da ancestral.

"É uma mulher negra, retirada do túmulo no século XIX e mantida nos Estados Unidos por mais de cem anos", frisou a ministra dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Janine Mello. "O regresso dessa mulher ao Brasil não é mero rito acadêmico, é uma restituição de humanidade", afirmou. "Sabemos que o colonialismo científico do século 19 se apropriou de corpos humanos para manter coleções eugênicas e museológicas estrangeiras. O que o Estado brasileiro faz, hoje, é reverter essa lógica".

Caroline Reis, secretária executiva do MDHC, foi a Bostom acompanhada da representante do Itamaraty, Irina Silveira, para buscar pessoalmente os crânios. Elas tinham autorização especial para, por exemplo, não submeter as maletas com os itens à inspeção de raio-x e para transportá-las dentro da cabine do avião. "O processo de repatriação foi feito de forma muito preocupada em dar dignidade a esses restos mortais durante o translado, para que não desrespeitássemos essas pessoas que durante sua trajetória já tiveram que enfrentar tantas violações de direitos humanos", revelou.

Vice-diretora do Museu Nacional, a professora Juliana Sayão falou sobre a responsabilidade histórica da instituição. "Mais do que assumir a guarda temporária, temos o compromisso de dar destino digno a esses remanescentes para acabar com o ciclo de violações da dignidade humana sofridos por essa mulher".

Para Gracy Mary Moreira, integrante do Comitê Gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, o compromisso de manter a memória dos escravizados é a tônica de atuação da instituição e deve pautar a sociedade civil. "Eles vieram sequestrados de África. Hoje a gente saúda essa memória".

O crânio teria sido roubado justamente da região do Valongo, de acordo com pesquisas do professor Bruno Véras, da Universidade de Toronto Mississauga. Ele aponta o responsável: um jovem estudante de Harvard chamado Walter Hunnwel. Ele esteve no Rio de Janeiro durante a Expedição Thayer. "O registro do crânio não consta nos documentos oficiais da expedição, o que aponta para o contexto de roubo e indica que se tratava de algo muito errado até para os padrões da época", destaca o pesquisador.



REPRESENTANTES DO ITAMARATY e do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) participaram da cerimônia

FOTOS: JOÃO LAET



REVERÊNCIA Ivanir dos Santos molhou o solo para o acolhimento da ancestral. O gesto é conhecido como libação, na tradição iorubá

REENCONTRO COM O PASSADO

UFRJ participa de primeiro processo de repatriação de restos mortais de pessoas escravizadas da história brasileira. Museu Nacional será a casa provisória do crânio de uma mulher

"Vejo esse momento com uma responsabilidade imensa. Estou muito feliz de recebermos esses remanescentes ósseos aqui no Museu Nacional porque é um resgate da dignidade dos nossos ancestrais", afirmou a professora Cássia Turci, que presidiu a cerimônia. "Quando a gente fala em Direitos Humanos, há muitas nuances, mas uma delas é conhecer a nossa história. Só assim vamos conseguir respeitar todas as pessoas, todas as culturas. Receber esses remanescentes no mês da Consciência Negra é um marco que nos deixa muito emocionados".

PROCESSO COMEÇOU EM 2022

O professor Bruno Véras acompanha o caso dos crânios repatriados desde 2022. Tudo começou com a liberação de um relatório de Harvard. O docente conta que a legislação dos Estados Unidos prevê que indígenas requeiram o repatriamento de restos mortais de seus ancestrais de volta a suas comunidades de origem. "Esse relatório existiu nesse contexto da legislação dos Estados Unidos. Quando ele foi divulgado, o professor João José Reis, da UFBA, que tem um estudo extensivo sobre os Malês, foi contatado pelos colegas de Harvard sobre esse material", contou o historiador.

Naquele momento, foi iniciada uma comunicação direta entre representantes da sociedade civil, como o Centro Islâmico da Bahia, junto a Havard. "Criamos uma série de ações e seminários internacionais, mas é importante frisar que esse foi um movimento da sociedade civil", destacou o professor Bruno. "Em 2024, os atores estatais brasileiros, primeiro o Itamaraty, depois o MDHC, participaram das negociações e conversas com Havard", relembrou. "A partir dessa mobilização da Bahia, Harvard revelou que não existia apenas um, mas dois crânios. Esses diálogos continuaram por mais um ano e meio. Neste momento, a UFRJ e a UFBA entraram como espaços que receberiam esses crânios".

O docente destaca que por serem as primeiras repatriações dessa natureza, o Brasil está desenvolvendo um modelo que será aplicado em processos futuros. "Apesar de toda a burocracia que envolve algo dessa monta, conseguimos, com muito respeito e diálogo, criar um modelo para outras repatriações que estão por vir", concluiu o pesquisador. ▲

O MALÊ DA BAHIA

O crânio entregue à UFBA pertence a um homem também escravizado, possivelmente relacionado aos malês. Ele ficará em guarda provisória na Universidade Federal da Bahia até que se tenham mais elementos que possam confirmar sua origem para um sepultamento digno.

Os documentos históricos analisados por pesquisadores indicam que ele era um homem africano, identificado nos registros como pertencente ao povo nagô e provavelmente muçulmano. Documentos datados do século XIX indicavam que seria um homem forte, de ombros largos e participante da Revolta dos Malês, em Salvador (1835).

A hipótese de sua ligação com a revolta vem de uma carta escrita por Gideon T. Snow, norte-americano que estava na Bahia naquele período. Foi Snow quem levou o crânio do homem para os Estados Unidos. Segundo seu relato, o homem teria sido um dos líderes da revolta e morreu pouco tempo depois de dar entrada no antigo Hospício de Jerusalém, após ser atingido por um disparo de mosquete durante os confrontos. "Esse era um local mantido por instituição religiosa. Normalmente são instituições que têm muito zelo pelas documentações. Se esses registros sobreviveram, é possível descobrir o nome do homem ferido que foi buscar atendimento em janeiro de 1835", sugere o historiador Bruno Véras. Suas pesquisas indicam que o crânio do homem foi separado do corpo ainda "fresco". "É um ato brutal e extremamente violento até para a realidade racista do século XIX", lamenta.

JOÃO LAET



OS PRÓXIMOS PASSOS

Andersen Liryo (foto), professor de Antropologia Forense do Museu Nacional, conduzirá a etapa de pesquisas do crânio para tentar descobrir a origem da mulher, confirmar seu gênero e determinar a idade em que faleceu. Serão realizadas investigações cranioscópicas e craniométricas para buscar essas respostas. "Pela descrição dada em inglês, trata-se de um crânio sem a mandíbula. Vamos fazer as análises não-destrutivas, não retirar nenhum pedaço, pois isso seria dar continuidade a uma violência que perdurou até aqui", explicou o professor.

Entre os testes, estão medições do crânio e observações de variações anatômicas. "Vamos fazer vários testes para tentar definir sua ancestralidade, sua população", contou. "Se esses testes não forem suficientes, vamos conversar com os coletivos da sociedade civil que acompanham esse processo para saber se avançaremos em análises genéticas ou mais invasivas", disse. "O mais importante, nesse caso, é chegar o mais próximo possível à sua identidade, para devolver a dignidade que lhe foi roubada no momento em que ela foi exumada". ▲



A REVOLTA QUE A MORTE NÃO SILENCIOU

ANA BEATRIZ MAGNO
anabiamagno@adufrj.org.br

Resgatar o corpo de um africano que lutou na Revolta dos Malês é uma reparação histórica que nos lança numa espécie de túnel do tempo para contar um dos episódios mais fascinantes e desconhecidos do passado brasileiro.

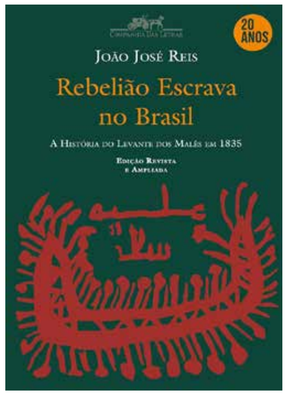
Estamos na madrugada de 25 de janeiro de 1835, quando centenas de africanos decidiram desafiar a escravidão nas ruas de Salvador.

Era noite de festa na capital baiana. Enquanto parte da população celebrava Nossa Senhora da Guia, africanos escravizados e libertos preparavam uma insurreição.

A cidade, uma das maiores concentrações urbanas de população negra das Américas, estava prestes a viver uma de suas madrugadas mais turbulentas.

Os "conspiradores" eram principalmente africanos muçulmanos, conhecidos como malês — palavra derivada do iorubá imalé, que significa muçulmano. Muitos trabalhavam nas ruas, circulavam entre diferentes bairros e mantinham redes de solidariedade que escapavam à vigilância dos senhores.

A rebelião foi preparada em encontros clandestinos. Alguns participantes dominavam a escrita árabe, ensinavam outros africanos e compartilhavam textos religiosos, como escreveu o historiador João José Reis em Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835 (Companhia das Letras, 2003, p. 125).



Nas esquinas de Salvador, enquanto aguardavam fregueses, aqueles trabalhadores se ocupavam de "religião e rebelião", registra Reis na mesma página. Numa sociedade que procurava negar aos negros o acesso ao conhecimento, aprender a ler e escrever também podia ser um gesto de liberdade.

A MADRUGADA DA REVOLTA

Na noite de 24 para 25 de janeiro, uma denúncia precipitou os acontecimentos. Policiais chegaram a uma casa onde insurgentes estavam reunidos. Os africanos resistiram, romperam o cerco e ganharam as ruas.

Armados com espadas, facas e outras armas, percorreram diferentes pontos de Salvador, enfrentando soldados e forças policiais. Cerca de 600 africanos participaram do levante. Mais de 70 morreram nos confrontos. Outros foram presos, açoitados, condenados à morte ou deportados.

A repressão revelou as divisões da sociedade escravista. João José Reis descreve a existência de um pacto "antiafricano" que reunia diferentes grupos na manutenção da ordem. Eram homens que faziam "o trabalho sujo dos brancos de manter a ordem", escreveu o historiador (2003, p. 322).

A derrota militar não apagou a dimensão política da rebelião. Os malês haviam demonstrado uma extraordinária capacidade de organização, articulando trabalhadores escravizados e libertos em torno de um projeto de resistência. Sua coragem atravessou os séculos e chegou à Universidade Federal da Bahia, UFBA, na última quarta-feira, 11. ▲

‘ESCREVIVÊNCIA’ DE CONCEIÇÃO EVARISTO CONQUISTA UFRJ

Escritora mineira que construiu sua obra a partir das experiências, memórias e vivências da população negra recebe o título de Doutora Honoris Causa

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

Conceição Evaristo observava os alunos sentados na escadaria da Faculdade de Letras, que ainda ficava na avenida Chile, no início dos anos 70, e imaginava: “Um dia eu vou estar sentada ali”. Conseguiu. Passou no vestibular, concluiu o curso e, décadas depois, se tornou um dos mais importantes nomes da literatura contemporânea. No último dia 5, em reconhecimento à trajetória literária, intelectual e de luta antirracista, a UFRJ lhe entregou o título de Doutora Honoris Causa.

Um feito e tanto para a mulher nascida em 29 de novembro de 1946 na periferia de Belo Horizonte, crescida na favela Pindura Saia, ex-empregada doméstica e professora de educação básica da rede pública de ensino dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. Com voz serena, Conceição agradeceu, mas também foi firme em sua mensagem ao público que lotou o Salão Dourado do Palácio Universitário: “Não quero ser enfeite. Quero que todas as mulheres negras possam ser reconhecidas em seus trabalhos, em suas sabedorias, em suas dinâmicas de vida”, disse.

“Na medida que a Academia também se abre para a compreensão de outros lugares epistêmicos, a Academia lucra muito, porque talvez aí seja a possibilidade desses espaços acadêmicos estarem realmente fazendo jus ao nome de universidade”, completou.

Às vésperas de completar 80 anos, a escritora ainda revelou que uma de suas grandes frustrações foi não ter construído uma carreira acadêmica como professora universitária. “Esse título me alegra muito, mas uma das minhas grandes frustrações é não ter feito uma carreira acadêmica como professora”, disse.

Não foi professora na universidade, mas ensinou muito através de sua obra, como destacou o reitor Roberto Medronho. “Conceição nos ensina que escrever também é um ato de resistência. Que a palavra pode ser um instrumento de libertação. E que não existe democracia plena enquanto tantas vozes permanecerem silenciadas”.

“A obra de Conceição Evaristo nos lembra que não podemos aceitar o silêncio. O silêncio diante do quê? O silêncio diante da injustiça, do racismo, da intolerância e de qualquer forma de opressão. Querida Conceição, sua vida é uma inspiração para todos nós. Sua literatura é o patrimônio do nosso país”, completou.

“ESCREVIVÊNCIA”

Na saudação à homenageada, a professora Vanessa Ribeiro Teixeira, da Faculdade de Letras, ressaltou a importância da “escrevivência”, conceito criado pela autora para traduzir uma literatura construída a partir das experiências, memórias e vivências da população negra, especialmente das mulheres.

Segundo a professora, o conceito ultrapassou os limites literários e passou a ser utilizado também como referência metodológica em pesquisas de diferentes áreas do conhecimento. “Uma rápida consulta ao catálogo de teses e dissertações da Capes, nos apresenta um total de 473 trabalhos, sendo até agora 365 dissertações de mestrado e 108 teses de doutorado que lograram investigar o conceito evaristano”, disse.

“Com as bençãos das Yabás e de Minerva, bem-vinda de volta, Conceição. Obrigada por caminhar conosco”, concluiu Vanessa.



ALESSANDRO COSTA

ENTREVISTA/
CONCEIÇÃO EVARISTO

■ Qual a lembrança que a senhora guarda do seu tempo de estudante de Letras da UFRJ?

● Quando passei no vestibular, acho que em 1975 ou 1976, eu morava sozinha aqui no Rio de Janeiro. E, quando eu peguei o jornal e vi meu nome, eu estava na barca, estava indo para Niterói e não tinha ninguém com que eu pudesse comentar a minha grande alegria. Eu não conhecia ninguém na cidade. Então ali também foi um ponto de aconchego, onde fiz amigos e amigas que tenho até hoje.

■ A senhora já era professora do ensino médio antes de entrar na UFRJ. O exercício do magistério influencia sua escrita?

● O exercício do magistério também é um lugar de escuta, você fica muito sensível. Acho que, também por isso, eu sempre quis ser professora. Por isso que eu queria ter feito uma carreira acadêmica, porque o professor, em qualquer nível, tem que estar muito alerta para o mundo.

■ Como foi agora, voltando para casa, receber esse título?

● Está sendo um momento de emoção muito grande. Nós temos as nossas vaidades. É muito bom ser reconhecida enquanto mulher negra. Mas cada agradecimento também é uma reivindicação. É colocar o dedo nessa ferida do racismo brasileiro, que ainda precisa sangrar muito para poder expurgar essa má organização da sociedade brasileira.

■ A senhora deixou uma mensagem em relação a isso, na cerimônia.

● Em cada pessoa negra que consegue ascender socialmente, a vida dela se torna perigosa. Porque essa ascensão nossa pode servir para ilustrar o discurso de meritocracia. No meu caso, que vim da favela: ‘Oh, veio da favela, estudou e chegou a ser contemplada com o Honoris Causa na UFRJ’. Isso cria uma ilusão que a sociedade brasileira possibilita isso. Toda vez que se tem uma exceção, é preciso observar a regra. Eu não quero ser exceção. O meu desejo é que existam mais mulheres, mais homens negros e sujeitos indígenas que a universidade considere merecedores desse grandioso título. ▲

DIVULGAÇÃO



LETRAS TERÁ MURAL EM HOMENAGEM À ESCRITORA

A Faculdade de Letras terá um mural de 6,8 metros de comprimento e 3,10 metros de altura em homenagem à escritora mineira, no início de 2027. A direção da unidade acolheu a iniciativa da estudante Rebecca Medeiros Pereira, do 5º período do curso de Pintura da Escola de Belas Artes.

“Ganhei de presente o livro ‘Olhos d’água’ e a leitura me tocou profundamente, me despertou o interesse e curiosidade de buscar mais um pouco sobre a autora. Durante a pesquisa, descobri que ela foi graduanda na Faculdade de Letras da UFRJ. O projeto surgiu, então, do encontro dessa admiração pela Conceição Evaristo. A ideia era criar uma obra que dialogasse com a instituição em si e com os alunos e estudantes que passam por ela todo dia”, esclareceu Rebecca, em vídeo reproduzido durante a solenidade do dia 5. A pintura começará a ser feita entre fevereiro e abril e deverá durar um mês, em uma parede do corredor principal, próximo ao bandejão. “Me senti muito gratificada por ter essa oportunidade. Foi de coração que fiz a proposta”, afirmou a aluna.